



AgEcon SEARCH
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search

<http://ageconsearch.umn.edu>

aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*



EVOLUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO DO MUNICÍPIO DE QUEVEDOS-RS

EVELINE FAVERO; LUCIANE DE MOURA; PEDRO SELVINO NEUMANN;

DEAER-UFSM

SANTA MARIA - RS - BRASIL

evelinefvero@yahoo.com.br

APRESENTAÇÃO SEM PRESENÇA DE DEBATEDOR

AGRICULTURA FAMILIAR

EVOLUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO DO MUNICÍPIO DE QUEVEDOS-RS

Grupo de Pesquisa: Agricultura Familiar

RESUMO

O artigo propõe-se a discutir a evolução do espaço agrário do município de Quevedos-RS, sua herança histórica, características agroecológicas e socioeconômicas, bem como a diferenciação entre os tipos de produtores nele presentes, descrevendo-se, por fim, um sistema de produção típico do espaço agrário. A Análise Diagnóstica de Sistemas Agrários (DSA) considera a complexidade do meio rural por meio de variáveis geográficas, ecológicas e históricas e seus reflexos na composição tipológica dos diferentes agentes sociais da produção. Caracteriza-se por utilizar o enfoque sistêmico em cada nível de análise, baseando-se em passos progressivos que partem do geral para o particular, a fim de manter sempre uma visão global do objeto de estudo. Por meio do zoneamento agroecológico da região foram identificadas três zonas distintas: a zona alta (ao Norte), localizada na região do Planalto, a zona baixa (ao Sul) no Rebordo da Serra e uma zona intermediária. Na parte Norte a criação de gado associada ao cultivo de soja é predominante. Na parte Sul, observa-se o cultivo de feijão, milho, soja e fumo somados a pecuária de corte familiar. A tendência evolutiva da região é distinta para cada uma de suas microrregiões.

Palavras-chave: Espaço Agrário – Sistemas de Produção – Desenvolvimento Rural

1. INTRODUÇÃO

A *Análise Diagnóstica de Sistemas Agrários* (DSA) é uma metodologia utilizada desde 1995, pelo Projeto de Cooperação Técnica firmado entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), conforme dados do documento elaborado pelo convênio INCRA/FAO (2000). A metodologia foi usada na elaboração de diagnósticos para diferentes microrregiões do país, centrados na análise de assentamentos de Reforma Agrária, a partir dos quais foram apresentadas diretrizes para o desenvolvimento rural local e avaliada a viabilidade econômica de diferentes propostas de investimento, relacionadas aos assentamentos.

O Diagnóstico dos Sistemas Agrários é uma ferramenta, cujo principal objetivo é contribuir na elaboração de linhas estratégicas de desenvolvimento rural visando à definição de políticas públicas, programas de ação e projetos, sendo que o Método de Sistemas Agrários considera a complexidade do meio rural por meio de variáveis geográficas, ecológicas e históricas e seus reflexos na composição tipológica dos diferentes agentes sociais da produção e caracteriza-se por utilizar o enfoque sistêmico em cada nível de análise. Para que tenha aplicabilidade no desenvolvimento rural, o diagnóstico deve ser rápido e operacional, ter rigor científico, explicar a realidade e não apenas descrevê-la (FAO/INCRA, 2000).

Com a finalidade de pensar ações de desenvolvimento rural específicas para a realidade do município de Quevedos-RS, considerando a diversidade presente no contexto estudado, uma equipe envolvendo alunos e professores da graduação e pós-graduação da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM em parceria com a EMATER e a Secretaria da Agricultura, vem realizando um trabalho de Análise e Diagnóstico dos Sistemas Agrários do município. É relevante lembrar que, “as diferenciações territoriais resultam da inter-relação dos aspectos sociais, culturais e institucionais, que caracterizam uma realidade” (ZAMPIERI et al., 2001, p. 1), o que sem dúvida deve ser considerado em qualquer estudo dos espaços rurais.

Sendo assim, torna-se de fundamental importância conhecer a evolução do espaço agrário, objeto da análise, a fim de entender como se construiu a diversidade nela presente, bem como o porquê da prevalência de algumas formas que permaneceram quase que inalteradas ao longo de sua evolução. Esse artigo, propõe-se a apresentar dados do espaço agrário do município de Quevedos-RS, sua herança histórica, características agroecológicas e socioeconômicas atuais, bem como a diferenciação entre os tipos de produtores nele presentes, descrevendo-se, por fim, um sistema de produção típico do espaço agrário em estudo.

2. O MÉTODO

O método de Diagnóstico e Análise dos Sistemas Agrários utiliza-se do enfoque sistêmico, baseando-se em passos progressivos, que partem do geral para o particular, a fim de manter sempre uma visão global do objeto de estudo. No caso em questão, busca-se obter, num primeiro momento, uma visão global do objeto estudado - espaço agrário -, para posteriormente realizar a estratificação da realidade, ou seja, estabelecer conjuntos

homogêneos e contrastados por intermédio do zoneamento agroecológico do município, da tipologia dos produtores e da tipologia dos sistemas de produção. O último passo refere-se ao trabalho com amostragens dirigidas, de maneira a analisar a diversidade dos fenômenos observados, ou seja, o tamanho da amostra depende dessa diversidade dos fenômenos, nesse caso dos diferentes sistemas de produção (FAO/INCRA, 2000).

O estudo estratificado da realidade vai além da descrição das partes ou dos fenômenos da realidade agrária. É necessário entender as relações entre as partes e entre os fatos ecológicos, técnicos e sociais que explicam essa realidade. Por isso, utiliza-se o enfoque sistêmico (FAO/INCRA, 2000).

No caso estudado, a primeira etapa ou diagnóstico da região¹ foi realizado por meio da análise de dados secundários sobre o histórico e características agroecológicas e socioeconômicas do município, percorridas no terreno, entrevistas com informantes chave e análise por sobreposição de mapas. O conhecimento do todo da região em estudo permitiu a realização da segunda etapa, ou da zonificação da região, ou seja, a distinção de diferentes zonas ou microrregiões nela presentes. A análise de cada microrregião foi realizada a partir de entrevistas com informantes qualificados e percorridas de terreno. O terceiro passo seria a análise de todos os sistemas de produção e tipologias de produtores presentes na região em estudo. Este trabalho está sendo realizado por alunos de graduação na área das ciências rurais da UFSM. Neste artigo, será apresentado um exemplo de unidade de produção típica no município de Quevedos, a partir de dados coletados por meio de uma enquete feita com o proprietário do estabelecimento agrícola.

3. A REGIÃO EM ESTUDO: A FORMAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO DO MUNICÍPIO DE QUEVEDOS

3.1 A Evolução do Sistema Agrário do município

Para Mazoyer (1997) um Sistema Agrário é um modo de exploração do meio historicamente constituído, um sistema de forças de produção, um sistema técnico adaptado às condições bioclimáticas de um espaço determinado, que corresponde às condições e às necessidades do momento. É, segundo o autor, um modo de exploração do meio que é produto específico do trabalho agrícola, utilizando uma combinação apropriada dos meios de produção inertes e meios vivos para explorar e reproduzir o meio cultivado, resultante das transformações sucessivas, sofridas historicamente pelo meio natural. Por isso, o conhecimento histórico é fundamental para compreender a evolução dos espaços agrários.

Segundo o historiador Firmino Costa (1991, p. 250), o município em estudo pertencia inicialmente ao município de Júlio de Castilhos-RS, o qual,

¹ Sendo “região” um conceito abstrato, segundo Zampieri et al. (2001), para que possa ser operacionalizado é preciso que se estabeleçam critérios de definição. Neste caso, por região entende-se o espaço físico do município de Quevedos, local onde foi realizado o estudo, dando-se maior ênfase ao espaço agrário do referido município.

[...] foi parte integrante, a partir do Século XVII, da grande Estância de São Domingos, pertencente ao Povo de São Miguel das Missões. Essa estância Jesuítica ficava entre a Estância de São Pedro (à Leste) e a de São Tiago, à Oeste do Toropi Mirim.

De acordo com o mesmo historiador, o primeiro morador de Quevedos chegou ao local após a conquista das Missões pelos portugueses, em 1802. Paulista de Sorocaba, José de Quevedo de Macedo foi provavelmente também o primeiro morador de Júlio de Castilhos. Foi em homenagem à família do primeiro colonizador que o município recebeu o nome de Quevedos.

Porém, bem antes de chegar os primeiros colonizadores já habitavam índios em todo o território gaúcho. As terras do atual município de Quevedos foram, provavelmente, primeiro habitadas pelos índios Tapes, tribo da família tupi-guarani. Segundo Costa (1991, p. 17) esses índios “eram predominantemente agricultores. Plantavam milho, mandioca, batata-doce, abóbora, feijão, etc. Uma agricultura muito rudimentar”.

Conta ainda o historiador, que esse grupo guarani, semi-bárbaro, seria encontrado no início do século XVII pelos padres da Companhia de Jesus e que faria parte dos futuros índios dos Sete Povos das Missões. Os jesuítas foram, então, os primeiros brancos a ocuparem as terras de Júlio de Castilhos, município do qual se desmembrou Quevedos.

Os jesuítas são também considerados os fundadores da economia rural do município de Júlio de Castilhos-RS. Pe. Cristóvão de Mendonza é denominado o primeiro tropeiro, pois em 1634 teria conduzido noventa e nove reses destinadas à Natividade, redução localizada nas terras de Júlio de Castilhos, e vindas de território Argentino, hoje mais precisamente Corrientes. Neste mesmo ano chegaram também os primeiros cavalos, trazidos do mesmo local (COSTA, 1991).

A redução de Natividade teria recebido também suínos, caprinos e ovinos, trazidos de Buenos Aires em 1635, pelo Pe. Cristóvão de Mendonza. É na lida com o gado que os índios nos dão a origem remota do campeiro, do gaudério, do gaúcho-do-campo que veio a influenciar o homem castilhense, conforme Costa (1991) e, provavelmente, a influenciar também o homem quevedense.

Três anos após sua construção, a redução de Natividade já sofria ameaças dos bandeirantes. Os bandeirantes eram:

Portugueses, índios e mamelucos que vinham de Piratininga (SP) movidos pela necessidade de ‘caça’ ao índio das reduções, que seriam vendidos como escravos às lavouras de São Vicente e aos engenhos de açúcar do nordeste. Alguns seriam aproveitados nas guerrilhas, como ‘homens de arco’. E traziam também a esperança de encontrar minas de ouro ou pedras preciosas, sempre avidamente procuradas em terras desconhecidas. (COSTA, 1991, p. 38).

Diante da destruição das outras reduções durante a primeira e segunda vinda dos bandeirantes e a captura de índios, os jesuítas de Natividade fugiram em 1638, levando os índios aldeados para a margem direita do rio Uruguai (hoje território argentino). A aldeia de Natividade foi incendiada para que ninguém pensasse em voltar. Os jesuítas só começaram a retornar às terras abandonadas em 1657 e com muito medo. Descobrem, então, que o gado que haviam abandonado durante a fuga havia se multiplicado

fabulosamente, vindo a ser posteriormente recolhido pelos índios, formando as estâncias de criação de gado (COSTA, 1991).

As terras onde se localiza o município de Quevedos pertenciam a Estância de São Domingos, a qual fazia parte do povo de São Miguel, outra aldeia das Missões. Com o Tratado de Madri as terras passaram a pertencer à Espanha. Muitos índios, resistindo às demarcações das terras, foram mortos, os jesuítas foram expulsos por volta de 1769 e as estâncias abandonadas. Em 1801, com a conquista dos portugueses e o fim do domínio espanhol, abriram-se as portas para o povoamento do território castilhense e, conseqüentemente, do atual município de Quevedos (COSTA, 1991).

O povoamento do RS pelos bandeirantes paulistas obedece a uma motivação econômica, ou seja, a apropriação da gadaria remanescente da criação jesuítica. E foi assim que chegaram os primeiros colonizadores ao município de Quevedos, os quais se dedicaram inicialmente a criação de animais vacuns e cavalares.

Hoje, pode-se ainda observar a predominância da criação de gado em Quevedos, seja de forma extensiva ou na pecuária de corte familiar. O município permanece essencialmente agrícola ao longo dos séculos, sendo que aos poucos foram introduzidas novas culturas. Na parte Norte a criação de gado associada ao cultivo de soja. Na parte Sul, o feijão, o milho, a soja e fumo somados a pecuária de corte familiar.

3.2 A caracterização Agroecológica e Sócio-econômica do município

O município de Quevedos está localizado na Região Central do Estado do Rio Grande do Sul, estando seu território na faixa de transição do Planalto Médio/Depressão Central. Sua área total é de 545,42 km². O referido município pertence à Microrregião de Santiago e está a 368 km da capital (Porto Alegre). O centro comercial mais próximo é a cidade de Santa Maria a 75 km e seus limites são: a Norte Tupanciretã e Júlio de Castilhos, a Sul São Pedro do Sul, São Martinho da Serra e Toropi, a Oeste Tupanciretã e Jarí e a Leste Júlio de Castilhos e São Martinho da Serra (ENCICLOPÉDIA dos Municípios, 2000).

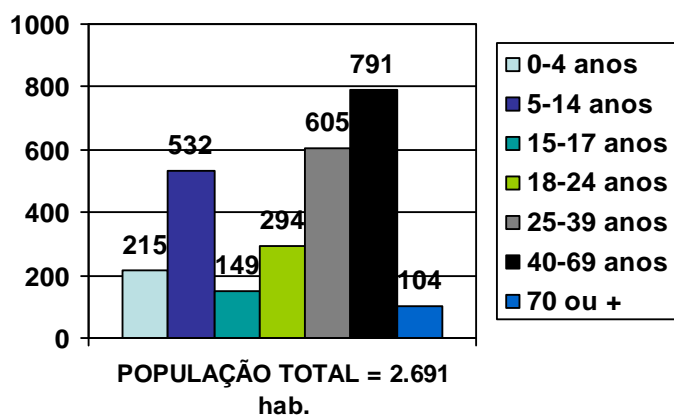
O clima do município é o sub-tropical úmido e a temperatura média anual é de 18°C. Anualmente a precipitação pluviométrica é de 1500 a 1700 mm. Os ventos são regulares, sendo de predominância Leste (ENCICLOPÉDIA dos Municípios, 2000).

Quanto à vegetação, esta é formada basicamente por três tipos distintos conforme o solo ou relevo onde se encontram: campos mistos, mata sub-tropical alta e mata sub-tropical arbustiva. O relevo faz parte da Serra Geral com altitudes que variam de 100 a 491 metros. O município encontra-se entre os rios Toropi e Toropi Mirim, sendo encontrado um arroio o Socavão e três sangas: Celso, Manjolo e Ilhéus (ENCICLOPÉDIA dos Municípios, 2000).

O acesso ao município se dá por vias intermunicipais que ligam Tupanciretã, Júlio de Castilhos, Toropi, Jarí e RS 524 a São Pedro do Sul. A ponte sobre o rio Toropi que liga o município de Quevedos ao de São Pedro do Sul encontra-se destruída em função de uma enchente, tornando mais longo o acesso entre um município e outro, uma vez que precisa ser feito por outra via.

A população atual do município é de 2.680 habitantes (Gráfico 1), sendo 1.427 homens e 1.253 mulheres, tendo decrescido 1,835 em relação ao último censo. A população urbana é de 27,4 % do total e 72,6 % na área rural, a densidade populacional é de 4,99 hab/m².

Gráfico 1- Distribuição da população por faixa etária no município de Quevedos-RS, 2000.



Fonte: Censo IBGE 2000.

Quanto aos estabelecimentos rurais, o município possui predominância de mini e pequenos estabelecimentos, pois 806 dos seus 1087 situam-se na faixa de até 100 hectares. Na parte Norte do município há a predominância das grandes propriedades voltadas à exploração da pecuária de corte extensiva e ao cultivo da soja. Já na parte Sul prevalecem as pequenas e mini propriedades, situadas normalmente em topografias acidentadas e voltadas para o cultivo de milho, soja, feijão, fumo e atividade leiteira (ENCICLOPÉDIA dos Municípios, 2000).

A eletrificação rural cobre 90% dos estabelecimentos rurais. Os demais não a possuem devido à falta de recursos ou à distância da rede elétrica. O mesmo acontece com o serviço de telefonia, o qual existe aproximadamente dez linhas na zona rural. No município não existem emissoras de rádio e televisão e nem jornais (ENCICLOPÉDIA dos Municípios, 2000).

De acordo com o Relatório da EMATER (2003, p. 7), o valor bruto da produção do município de Quevedos em 2001 foi de R\$ 12.066.770,00, sendo 94,5% do setor primário, 1,12% do comércio, indústria e serviços e 4,38% de outras fontes. O PIB per capita é R\$ 4.502,53. A produção primária do município foi de R\$ 11.537.636,00 sendo originária da pecuária 52% e da agricultura 48%.

Conforme o mesmo documento, a soja representou 90,7% do total da produção agrícola, o fumo 8,5%, o milho 0,54% e o feijão 0,25%. A pecuária de corte representa 98% da produção pecuária do município com um valor bruto da produção de R\$ 6.031.752,00. O município de Quevedos está ligado principalmente a São Pedro do Sul onde comercializa a sua produção e adquire seus principais insumos. Também existe uma forte relação comercial com os municípios de Tupanciretã, Júlio de Castilhos, Toropi e Santa Maria.

Existem alguns Fundos Municipais criados por lei, porém que na prática não têm sido destinados recursos com exceção do FUNDEF e o FAPS. Os Fundos existentes são os seguintes: Fundo Agropecuário, Fundo Municipal de Saúde, Fundo de Educação FUNDEF, Fundo Municipal de Assistência Social, Fundo de Aposentadoria e Pensões dos Servidores Municipais.

3.3 Caracterização e Tipificação dos Agricultores e Moradores do município

Segundo Silva Neto & Frantz, (2001), um Sistema Agrário é definido por um conjunto de critérios que podem ser agrupados em dois conjuntos bem delimitados, o agroecossistema e o sistema social produtivo. O agroecossistema, ou ecossistema cultivado, corresponde à forma como se organizam os constituintes físicos, químicos e biológicos de um Sistema Agrário, ou seja, corresponde às modificações impostas aos ecossistemas naturais para que a sociedade humana nele instalada obtenha produtos de seu interesse. Já o sistema social produtivo corresponde aos aspectos técnicos econômicos e sociais de um Sistema Agrário. Assim, o sistema social produtivo constitui-se de um conjunto de unidades de produção, caracterizadas pelas categorias sociais dos agricultores e pelos sistemas de produção por eles praticados.

No município de Quevedos, conforme classificação dada pela EMATER (2003, p. 8), encontra-se cinco grupos de produtores:

GRUPO A - Médios e grandes proprietários com áreas extensivas (normalmente arrendadas para o cultivo de soja com ou sem integração com a pecuária extensiva), regular capacidade gerencial, sindicalizados, cooperativados, com acesso ao crédito rural, utilizando mão-de-obra contratada com condições de moradia de média e boa. A grande maioria mora em outras cidades da região como Tupanciretã, Júlio de Castilhos, Santa Maria e São Pedro do Sul, aproximadamente 101 famílias estão neste grupo com uma área de 14.000 ha, cerca de 25% da área total do município.

GRUPO B - Pequenos proprietários que praticam agricultura de subsistência, baixo nível tecnológico, propriedades com estruturas deficientes, descapitalizadas, eventualmente vendem mão-de-obra, com condições de moradia e saneamento deficientes, com baixa escolaridade, sem capacidade de gerenciamento; 150 famílias estão neste grupo.

GRUPO C – Pequenos proprietários que se dedicam à agricultura diversificada e de mercado, utilizando médio a bom nível tecnológico. Praticam pecuária de subsistência ou de mercado. Propriedades razoavelmente estruturadas, utilizam mão-de-obra familiar, eventualmente contratam mão-de-obra de terceiros. Dispõem de relativa capacidade de investimento, têm acesso a crédito rural, são cooperativados, sindicalizados e tem razoável conhecimento de mercado; 150 famílias estão neste grupo.

GRUPO D – Pequenos proprietários que exploram a pecuária para mercado, utilizam mão-de-obra familiar e, eventualmente, contratam de terceiros, moram na propriedade e praticam agricultura de subsistência; 250 famílias estão neste grupo.

GRUPO E – Pequenos agricultores arrendatários e posseiros que praticam agricultura de sobrevivência onde empregam tecnologia rudimentar, sem estrutura de produção, têm na venda da mão-de-obra sua principal fonte de renda, têm problemas de saneamento, falta de alimentação e saúde deficiente. Aproximadamente 70 produtores estão neste grupo.

Segundo o mesmo documento (EMATER, 2003, p. 8):

A falta de gerenciamento das propriedades falta de alternativas de diversificação, falta de mão de obra familiar e o tradicionalismo na atividade pecuária limita os resultados das propriedades. Existe, porém um número significativo de propriedades (80%) onde existe um certo gerenciamento que apesar da produtividade baixa estão numa situação de estabilidade.

Quanto à estrutura fundiária, o município apresenta segundo o Censo Agropecuário (INCRA/FAO, 1995/96), quase metade da área com propriedades do tipo patronal, para apenas 6% dos estabelecimentos (Quadro 1).

Quadro 1 - Número de Estabelecimentos, Área e Valor Bruto da Produção Categorias Familiares por Tipo de Renda e Patronal.

Categorias	Estabelecimentos		Área Total		Valor Bruto da Produção	
	Número	%	Hectares	%	1000 Reais	%
TOTAL	673	100,0	50.283	100,0	5.132	100,0
Total Familiar	631	93,8	26.952	53,6	3.027	59,0
maiores rendas	56	8,3	5.958	11,8	1.146	22,3
renda média	197	29,3	9.258	18,4	1.068	20,8
renda baixa	155	23,0	4.458	8,9	468	9,1
quase sem renda	223	33,1	7.277	14,5	345	6,7
Patronal	42	6,2	23.330	46,4	2.105	41,0

Instituições Religiosas	-	-	-	-	-	-	-
Entidades Públicas	-	-	-	-	-	-	-
Não Identificado	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: *Censo Agropecuário 1995/96, IBGE.*

Elaboração: *Convênio INCRA/FAO.*

Notas:

- Um hífen, "-" indica valor zero.
- O zero "0" indica um valor muito pequeno.

4. AS DIFERENTES MICRORREGIÕES DO MUNICÍPIO DE QUEVEDOS

4.1 A inserção do município na região do COREDE-Central

No mapa a seguir (Figura 1) é possível observar que na Região de abrangência do Conselho Regional de Desenvolvimento do Centro do Rio Grande do Sul (COREDE-Centro/RS), da qual fazem parte um grande número de municípios, existem três zonas fisiográficas homogêneas:

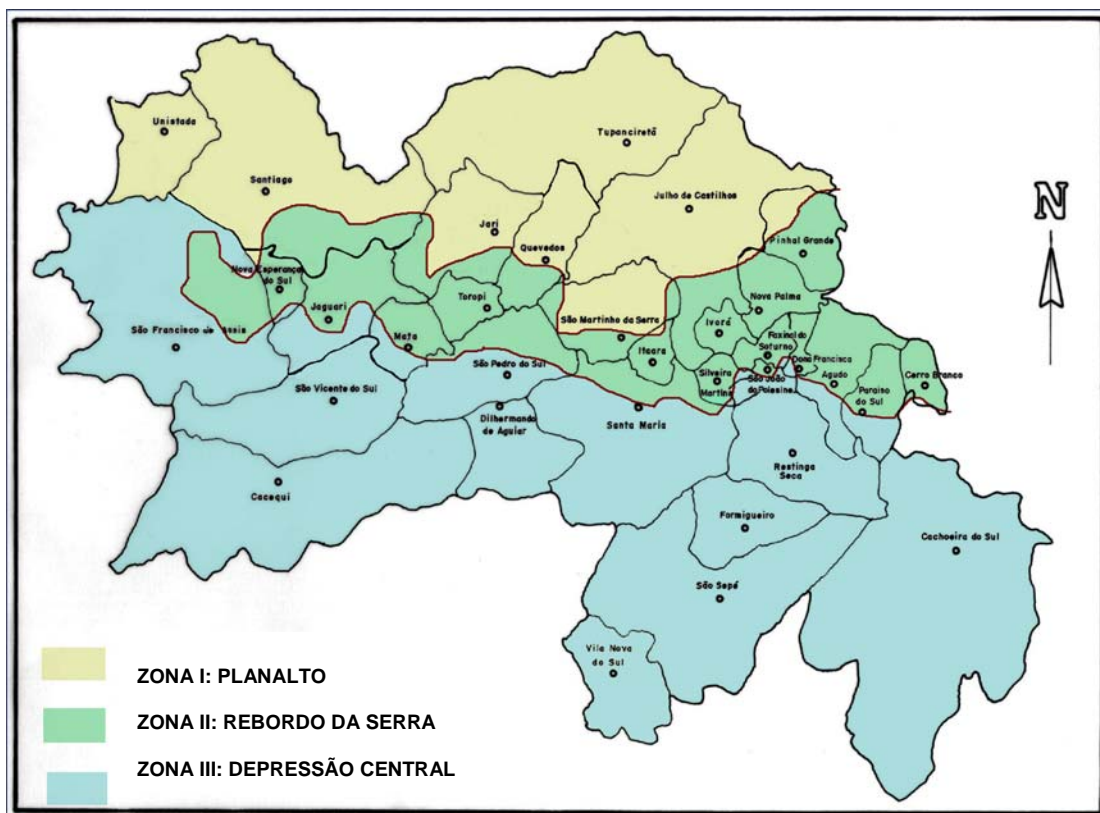


Figura 1: Zonas fisiográficas homogêneas do Corede-Centro, RS (NEUMMANN, 2004).

Na zona do Planalto, ou **Zona I**, há predomínio de médias e grandes propriedades, as quais desenvolvem uma agricultura modernizada, com destaque para a cultura da soja e do milho mesclada com a atividade de pecuária de corte.

A zona da Serra, ou **Zona II** é ocupada pela imigração italiana e alemã, caracterizando-se pela agricultura familiar de pequeno porte. A agricultura é bastante diversificada, predominando os sistemas de produção com base no fumo, na batata inglesa, no feijão e no milho.

A zona plana, localizada na Depressão Central do Estado, ou **Zona III**, é a tradicional região de Campo. Nessa zona coexiste uma agricultura modernizada, com destaque para a cultura do arroz, e um número expressivo de latifúndios com pecuária extensiva.

É importante observar que o município de Quevedos fica localizado entre a Zona do Planalto e a Zona do Rebordo da Serra, ou seja, nele encontraremos tanto a presença de médias e grandes propriedades com o predomínio de agricultores patronais, como a presença de pequenas propriedades, com o predomínio da agricultura familiar. Podem, assim, ser identificadas duas zonas agroecológicas distintas no município de Quevedos: a Zona Alta (ao Norte, na região do Planalto) e a Zona Baixa (ao Sul no rebordo da Serra).

4.2 A Zona Baixa do Município de Quevedos

O passado recente da parte Sul do município de Quevedos foi narrado por um agricultor de 77 anos de idade. Conta o entrevistado que há mais ou menos quarenta anos, foi carreteiro, levando produtos como ovos, galinhas e lenha para Júlio de Castilhos e Tupaciretã e trazendo outros produtos como sacas de sal e açúcar que eram vendidos na casa de comércio de seu pai. O feijão produzido pelos agricultores era transportado em caminhões para Ijuí-RS.

Hoje, aposentado, o agricultor relata que presenciou o desmatamento da região, tanto nas margens do rio Toropi e arroio Socavão, como em outras áreas em que era possível plantar a lavoura e fazer potreiro. Segundo ele “o local era mais mato, tinha pouco potreiro de campo” (sic).

Historicamente os primeiros produtos cultivados foram a lentilha, a cevada, o trigo, o feijão e o milho. A descontinuação do cultivo da lentilha, da cevada e do trigo deu-se em razão de “parar de dar” (sic), ou seja, não produziram mais. A soja chegou à região há mais ou menos vinte e cinco anos, segundo o aposentado.

A maioria dos povoadores é descendente de portugueses. Poucos são os moradores descendentes da etnia alemã e italiana. Eles encontraram dificuldades na região, como péssimas estradas, inexistência de ponte sobre o rio Toropi que dá acesso ao

município de São Pedro e sobre o arroio Socavão. Para ir à aula, os filhos do entrevistado atravessavam o arroio a cavalo, o que era impossibilitado nas épocas de enchente.

Historicamente a região vivenciou períodos de seca, como a de 2004/2005 e enchentes como a de 1941 e 1984. Esta última enchente destruiu pela segunda vez a ponte sobre o Rio Toropi que até hoje não foi reconstruída.

Os primeiros moradores possuíam áreas maiores de terra. Atualmente o tamanho das propriedades varia de 5 ha até 400 ha. De acordo com o entrevistado existe uma propriedade com mais de 200 ha, uma com mais de 100 ha e a maioria possui de 10 a 50 ha.

Em outra entrevista, realizada de forma coletiva (participaram uma mulher e quatro homens), tendo como local a propriedade familiar, os informantes relataram a situação atual dos agricultores da microrregião. Afirmaram que em razão do terreno ser bastante dobrado, os agricultores da microrregião não conseguem aproveitar todas as áreas para o cultivo, sendo que grande parte do trabalho é feito de forma manual. Os maiores proprietários plantam soja e criam bovino de corte e ovinos. Os menores proprietários, principalmente os que se situam mais próximo ao rebordo da serra, dedicam-se ao cultivo de fumo, milho, feijão e criação de pecuária familiar de corte ou de leite. Os outros agricultores familiares, que se localizam na zona intermediária, entre o rebordo da serra e a região do planalto, dedicam-se mais ao plantio de soja que de fumo. São apenas seis os que trabalham com fumo nessa microrregião.

Embora o município incentive a produção de leite a maior parte dela é para o consumo familiar e fabricação de queijos, sendo que os poucos produtores existentes (três) são bastante recentes. A criação de porcos também é restrita ao consumo familiar, bem como a de aves. Porém os ovos são comercializados, através da troca, por produtos industrializados em estabelecimentos do município ou municípios vizinhos.

Quanto à produção de fumo, ela vem crescendo na zona intermediária. As vantagens, segundo os entrevistados é que o cultivo gera um lucro elevado com o uso de pouca extensão de terra. O fumo de galpão é predominante e envolve o trabalho de toda a família, necessitando também de contratação de mão-de-obra externa na época da colheita. Os agricultores recebem em casa a semente e o adubo, bem como a assistência técnica. A entrega do produto também é feita na propriedade.

O solo da microrregião é fértil e com pouco problema de erosão. As chuvas são regulares. Há ocorrência de geadas principalmente nas partes mais baixas. As secas causam prejuízos, mas não chegam a ser tão severas como em outras regiões. A microrregião não tem programas de reflorestamento nas áreas em que o desmatamento ocorreu e recebe apenas fiscalização.

As famílias de agricultores que residem mais próximo às estradas recebem água de um poço artesianos da cidade. Outras propriedades são abastecidas por meio de poços particulares. Quase todos possuem energia elétrica e existe meio de transporte regular nos dias úteis para a sede do município, com exceção dos períodos de férias. O transporte escolar atende a todos os alunos que residem longe das escolas e as famílias recebem visitas mensais dos agentes comunitários de saúde.

Quanto à educação existem escolas que se mantêm na zona rural e que os entrevistados alegam ser de baixa qualidade, uma vez que apontam insuficiência na formação profissional dos professores. Gostariam que seus filhos frequentassem escolas maiores e de melhor qualidade. Referem que o atendimento de saúde é bom, feito no município ou em municípios vizinhos. Porém, não existem especialidades no município. Os problemas de saúde mais frequentes são depressão, “doenças dos nervos²” (sic), problemas de coluna, hipertensão e próstata.

O índice populacional da microrregião se mantém. Aumentou o emprego para os pequenos agricultores dentro da microrregião, porém identificou-se a saída dos jovens para outros municípios maiores. A maioria deles sai para estudar e não retorna. Existe elevado índice de gravidez na adolescência e a tendência, segundo os entrevistados, é a diminuição da natalidade com o trabalho dos agentes de saúde.

As instituições com as quais os agricultores mais se relacionam são as escolas, serviço de saúde, EMATER, secretaria de educação e de agricultura e empresas privadas como as de assistência técnica aos produtores de fumo. As organizações mais frequentadas são o sindicato de trabalhadores rurais, a cooperativa de Toropi e igrejas.

4.3 A Zona Alta do Município de Quevedos³

As atividades principais desta microrregião são a soja e o gado. Nela predominam as médias e grandes propriedades de agricultura patronal, mas também existe a presença de agricultores familiares. A pecuária sempre esteve presente entre as atividades agrícolas importantes do município tanto nas grandes quanto nas médias e pequenas propriedades. Nas décadas de 40 e 70 começam a ser introduzidas novas atividades, como por exemplo, as lavouras de trigo e soja financiadas pelo Banco do Brasil.

Acredita-se que essa microrregião imprime a dinâmica econômica do município, pois nela encontram-se os produtores que cultivam grandes áreas com soja e integram a pecuária na seqüência das culturas de verão. As cooperativas dos municípios de Júlio de Castilhos e Tupaciretã possuem entrepostos de recebimento de grãos, o que facilita a comercialização dos produtos por esses produtores. Por outro lado, os agricultores familiares enfrentam dificuldades de comercialização devido ao fato de não possuírem quantidades suficientes de grãos e por cultivarem produtos característicos da propriedade familiar e de subsistência.

No que diz respeito à dinâmica social, os três núcleos rurais são muito semelhantes. As famílias que dependem exclusivamente da aposentadoria de idosos são quase inexistentes (três famílias). Outro fato relevante é o de que os jovens de famílias com melhores condições saem de seus locais de origem dirigindo-se aos grandes centros do entorno de Quevedos para estudar e dificilmente retornam. As escolas da região possuem apenas as séries iniciais (até oitava série) o que torna difícil a permanência dos jovens em casa. A comunicação, basicamente, se dá através da telefonia celular. Geralmente as

² A expressão “doenças dos nervos” é muito utilizada na zona rural para referir-se a diferentes tipos de Transtornos Psiquiátricos.

³ Os dados referentes à Zona Alta foram coletados e cedidos para fins de estudo pelos mestrandos Clamarion Maier e Raquel Lunardi (CPGExR).

formas de agregação da comunidade ocorrem em torno da escola ou da capela, sendo que predomina a presença de mulheres e pessoas de meia idade, explicado em parte pelo êxodo dos jovens para os grandes centros urbanos da região. As famílias recebem assistência médica através do Programa Saúde da Família (PSF), o qual atende praticamente toda população rural mensalmente. Outro programa de acesso aos pequenos produtores é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Comum ao grande grupo é o fato de haver energia elétrica em quase todas as propriedades rurais, apenas as moradias que se localizam distantes da rede não a possuem. A água é abastecida de forma diversificada, desde as antigas “cacimbas” até poços comunitários, sendo que a maior utilização é de poços comuns. As estradas apresentam problemas de trafegabilidade quando há ocorrência de chuvas intensas.

O relevo predominante é o de coxilhas levemente onduladas, os solos são praticamente homogêneos e com características importantes para a produção de grãos. Os rios que cortam estas localidades não são utilizados, pois existem pequenas várzeas que não motivam a produção de culturas irrigadas. No entanto a água desses rios é empregada nas épocas de aplicação de agrotóxicos nas lavouras. Devido ao fato de os rios quase não serem aproveitados na agricultura, as matas ciliares dessa microrregião encontram-se preservadas. Não existe exploração de recursos naturais. Com relação ao clima, os entrevistados relatam que vêm observando mudanças nos últimos anos, o inverno deixou de ser rigoroso, as geadas têm diminuído ao longo do tempo, não prejudicando as atividades rurais. Porém, no verão há problemas relacionados às estiagens que afetam o cultivo da soja.

Os sistemas de produção da microrregião podem ser divididos em familiares, na grande maioria, e patronais (ocupam a maior parte da área) que perfazem um razoável grupo. Há ainda moradores, aposentados e comerciantes, mas que por sua vez, não possuem representatividade numérica.

5. O ESTUDO DE UMA UNIDADE DE PRODUÇÃO TÍPICA DO MUNICÍPIO

Os avanços metodológicos alcançados na utilização da ferramenta sistêmica têm considerado a unidade de produção como um sistema aberto, em evolução, e com finalidades definidas pelo agricultor e sua família, na base do pressuposto das decisões do agricultor frente à visão que ele tem de sua situação (SEBILLOTTE; SOLER, 1989). Assim, o postulado do atraso dos agricultores dá lugar a um novo: o da racionalidade e da coerência, pois os agricultores têm boas razões para fazer o que fazem (BROSSIER et al., 1989).

O sistema de produção predominante no município é a *Pecuária de Corte* e a unidade de produção escolhida como referência para o estudo desse sistema está situada na Zona Intermediária, ou de transição, na faixa mais próxima à zona Norte. Este sistema é predominante no município, principalmente no relativo à zona Norte, onde se localizam as médias e grandes propriedades rurais, sendo responsável por 52% das contribuições do setor primário do município. A propriedade estudada é de tamanho médio (130 ha), sendo que na classificação feita pela EMATER (2003) esta unidade produtiva classifica-se no Grupo A.

O proprietário (59 anos) é sindicalizado (sindicato dos trabalhadores rurais) e participa de cooperativa de produção. A família reside no local, onde moram o proprietário, sua esposa (52 anos) e a sogra (74 anos). Ele se declara “agropecuário”, porém não se dedica integralmente à atividade, em razão de estar atualmente ocupado com uma atividade externa. A esposa dedica-se às atividades do lar e a sogra está aposentada. Todos possuem ensino fundamental incompleto.

O abastecimento de energia elétrica da propriedade é dado pela rede pública, sendo que a instalação se deu em 1995 quando foi expandida a rede para o meio rural, e o serviço de telefonia pela Rural Cel. A água para uso doméstico é oriunda de poço artesiano e três açudes existentes na propriedade servem de bebedouro para o gado. A assistência técnica é realizada pela EMATER sempre que solicitada, sendo do tipo agrônoma e veterinária. O proprietário não utiliza financiamento agrícola em razão de arrendar as terras para o plantio de soja, motivo pelo qual também não fez aquisição de maquinários para preparar o solo, plantio e colheita. A mão de obra é familiar, contratando eventualmente tosador e pedreiro.

Quanto às benfeitorias a propriedade dispõe de um galpão de alvenaria de 28 m² construído no ano de 2004, um galpão de madeira de 30m² construído no ano de 1990, cerca de seis fios de 3.000m construída em 1970 e frequentemente restaurada, mangueira de madeira de 120m construída em 1972 e 1996.

A área utilizada no plantio de soja é de 8 ha dividida em duas lavouras, sendo toda ela arrendada. O proprietário recebe como pagamento o equivalente a 32 sacas de soja sendo toda a produção comercializada. A área arrendada é entregue para o proprietário com a cobertura de aveia e azevém e é utilizada por ele como pastagem de inverno. Outros cultivos são duas lavouras de milho (6 kg de semente por ha) numa produção de 40 sacas, toda ela utilizada para consumo; uma lavoura de feijão (5 kg de semente em menos de um ha) que resulta em uma produção de 100 kg, destinada ao consumo de subsistência; uma área de 1/3 de ha com mil pés de mandioca, também para consumo. A propriedade ainda possui um pomar com 30 pés de laranjeira para comercialização e outras frutas para consumo familiar como pêra, uva, pêssego, bergamota, goiaba, figo e jabuticaba.

A época destinada ao preparo do solo para o plantio do milho é o mês de outubro quando é realizada uma gradagem de um dia de serviço o qual é contratado por 8h no valor de R\$ 60/h. A área utilizada não possui cultivo anterior. A reposição da fertilidade do solo é de três sacas de NPK e 30 kg de N. O tempo gasto com a fertilização é de 8h a qual é feita pelo proprietário. A semeadura é realizada com máquina manual em 4h de serviço. A colheita é do tipo manual com duração de três dias no mês de junho. O controle de inços é dado somente com a aplicação de herbicida. O tempo gasto na aplicação é de 8h para as duas lavouras.

A semeadura do feijão é realizada em setembro com semente crioula (própria) através de máquina manual. O tempo gasto é de 4h. A reposição da fertilidade é de 20 kg de NPK. O controle fitossanitário é feito com a aplicação de inseticida em única aplicação. O controle de inços é dado através de duas capinas anuais em dois dias, trinta dias após a semeadura. A colheita é do tipo mecânica em um tempo gasto de 1h no mês de dezembro, sendo realizada com maquinário da prefeitura e o serviço é pago pelo proprietário.

A propriedade possui cento e sessenta e oito cabeças de animais, divididos em três eqüinos, duas vacas de leite para consumo (produção de 5 a 6 litros por dia), cento e vinte bovinos de corte, três touros e quarenta ovinos. Os eqüinos são utilizados como animais de serviço. A bovinocultura de corte é feita pelo sistema de criação criador ou recria sendo utilizados 20 ha de pastagem e comercializadas trinta cabeças anualmente. Os ovinos produzem 100 kg de lã e 240 kg de carne por ano. Além desses animais, a propriedade também possui aves para consumo e postura, sendo comercializadas em média trinta dúzias de ovos anualmente.

A criação de bovinos de corte é feita em três invernações de campo nativo, em área própria, ocupando 120 ha. A primeira corresponde a 40 ha de área com lotação de uma cabeça por ha; a segunda possui também 40 ha de área estando lotada com novilhos de três anos, na proporção de uma cabeça por ha; a terceira de mesmo tamanho e lotação é reservada aos novilhos de dois anos. As três invernações são utilizadas nas estações de inverno e verão, de forma livre, sendo que no inverno as matrizes são removidas para a área de pastagem que é de 20 ha e comporta uma lotação de três cabeças por ha.

Fazem parte do rebanho as seguintes classes: trinta terneiros e trinta terneiras de um ano; quarenta vacas de três anos e três touros. Deste total duas vacas são consumidas anualmente na propriedade, vinte são comercializadas para abate e trinta como gado geral. O manejo reprodutivo se dá através de dois touros, na idade de dois anos em um total de sessenta vacas por ano. A raça dos reprodutores é “Brafor”, de padrão racial puro. O cruzamento é feito entre as raças Charolês e Zebu.

Os terneiros nascidos na propriedade são desmamados aos oito meses, sendo os machos destinados à venda num total anual de aproximadamente trinta cabeças e as fêmeas destinadas ao campo nativo, num total também aproximadamente de trinta cabeças.

O rebanho recebe tratamento com produtos como sal comum na proporção de 5 kg diários, suplemento (vitamínico, cobalto, fósforo e cálcio) na proporção de 30gr diárias e vacinas como a da febre aftosa, duas vezes ao ano e do carbúnculo, uma vez ao ano. O vermífugo é aplicado quatro vezes ao ano. Todas as classes do rebanho recebem o mesmo tratamento.

Sobre a trajetória da unidade produtiva (UPA) o entrevistado relata que a área da propriedade foi adquirida em três etapas: 60 ha foram herdadas e os outros 70 foram adquiridos em duas vezes, sendo que a última parte (30 ha) foi comprada há dez anos. O proprietário tem planos de aumentar a área, melhorar o rebanho bovino e investir em cercas e limpeza de campo. Refere que a oportunidade de compra atualmente é boa, pois a terra está mais barata e há oferta de propriedades de vários tamanhos.

O casal tem duas filhas. Ambas saíram da UPA, com a idade de dez anos, para estudar na cidade de Quevedos, fato comum na região. Apenas uma delas retornou para o meio rural, casou-se e reside na propriedade dos pais. O casal não pretende abandonar a UPA ou mudar de atividade. Pelo contrário, pensa em ampliar a criação de bovinos.

Durante a trajetória produtiva da UPA foram iniciadas e extintas as seguintes atividades: apicultura (por inadequação à atividade) e suinocultura (pelo alto custo de produção e mudança de hábitos alimentares da família). O cultivo de soja deverá ser uma atividade temporária, pois o proprietário pretende continuar na comercialização do gado e

iniciar criação de peixes para consumo. Caso tivesse condições, no momento, faria investimentos em inovações tecnológicas para o gado de corte. A esposa mencionou o desejo de fazer melhorias na residência, bem como a troca do automóvel e a aquisição de eletrodomésticos para a sua comodidade, porém, a predominância na tomada de decisões é dada ao marido.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da evolução do espaço agrário do município de Quevedos permitiu compreender como se construiu a diversidade nele presente, bem como o porquê da prevalência de algumas formas de agricultura que permanecem inalteradas ao longo da sua evolução. Atualmente há presença de agricultores patronais e familiares na região, sendo a dinâmica econômica estabelecida pelas grandes propriedades dedicadas à pecuária de corte e ao cultivo de soja, a maior parte das terras está dividida entre poucos proprietários.

A atividade de pecuária tem sua origem nas reduções jesuíticas, sendo posteriormente continuada pelos colonizadores e aprimorada pelos atuais produtores. Aos poucos foram sendo introduzidas novas culturas e o município permanece essencialmente agrícola ao longo de sua história. Na parte Norte a criação de gado associada ao cultivo de soja é predominante. Na parte Sul, observa-se o cultivo de feijão, milho, soja e fumo somados a pecuária de corte familiar.

A tendência evolutiva da região é distinta para cada uma de suas microrregiões. Na parte Sul, onde predomina a agricultura familiar, a tendência é de que a produção de fumo seja ampliada e se estabeleça como a principal atividade econômica dos agricultores. Enquanto que na parte Norte, onde predomina as grandes propriedades, a tendência é o aumento do espaço da cultura de cereais, principalmente a soja, sobre as áreas tradicionais da bovinocultura de corte. Isso se deve em razão das condições de mercado estarem desfavoráveis para outras atividades e o desconhecimento de novos mercados. Outro fator é que na parte Sul onde predomina a agricultura familiar as propriedades são de pequenas áreas dobradas que dificultam o cultivo de outros produtos dentre os conhecidos pelos agricultores, que não o fumo. Já na parte Norte, região do planalto, há presença de grandes áreas de campos propícios à mecanização. Além disso, deve-se levar em consideração a herança histórica deixada pelos colonizadores portugueses, através da pecuária, e italianos através da fumiicultura.

Outra tendência é a diminuição da população rural devido principalmente a saída dos jovens que migram para as cidades maiores a fim de estudar e que por ausência de perspectivas no campo dificilmente retornam. Isso sem dúvida ocasiona problemas de sucessão na unidade produtiva, o que deve ser levado em conta na elaboração de políticas públicas de desenvolvimento rural.

O levantamento da realidade através da pesquisa acadêmica pode contribuir na criação de projetos de desenvolvimento rural mais eficazes. Juntamente com a pesquisa deverá estar o comprometimento do Estado na implementação de projetos de desenvolvimento rural integral que venham contemplar as áreas como a educação, a saúde, o transporte, a geração de renda, dentre outros aspectos, uma vez que o espaço agrário não se restringe apenas às atividades agrícolas. Aliado a isso está a importância da assistência técnica direcionar seu foco na compreensão dos sistemas de produção, ou seja, nas

características da UPA de forma global, de modo que o foco não se restrinja ao produto apenas.

Ademais, a proposta de discussão deste artigo não é somente o que é predominante na realidade da região em estudo, mas a diversidade nela presente. Falar apenas que na realidade coexistem agricultores patronais e familiares é insuficiente para uma compreensão real da região. Num primeiro momento esta caracterização é importante. Porém, não se deve limitar-se a ela. É provável que dados da realidade micro levantem a presença de unidades produtivas que não gerem renda suficiente para assegurar a subsistência digna da família, o que precisa ser seriamente considerado.

Por fim, é de fundamental importância a preservação ambiental da região. Durante o estudo foram identificadas extensas áreas de desmatamento e a ausência de projetos de reflorestamento. Essa realidade demonstra o descomprometimento da região com as questões ambientais o que requer maior atenção dos órgãos ligados a agricultura no município. Somada aos aspectos sociais e econômicos, a preservação dos recursos naturais deve ser prioridade na direção do desenvolvimento rural sustentável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BROSSIER, J., VISSAC, B.; LE MOIGNE J. L. **Modelisation Systemique et Systeme Agraire: Decision et Organisation**. INRA, Paris, 1989, 365p.

COSTA, F. **Terra de Vila Rica**: contribuição ao estudo da história da município de Júlio de Castilhos. Júlio de Castilhos: Prefeitura Municipal de Júlio de Castilhos, 1991.

EMATER/RS. Escritório Municipal de Quevedos. **Relatório Ações e Resultados**. Quevedos: [s.n.], 2003.

ENCICLOPÉDIA dos Municípios: quarta colônia da imigração italiana. [s.l.]: Templo, v. 1, 2000, p. 198-226.

IBGE. **Dados do Censo Econômico e Agropecuário**. Brasília, 1996.

IBGE. **Dados do Censo Econômico e Agropecuário**. Brasília, 2000.

INCRA/FAO. **Análise Diagnóstico de Sistemas Agrários**: guia metodológico. [s.l.]: [s.n.], [2000?].

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **Histoire des agricultures du monde: Du néolithique à la crise contemporaine**. Paris: Éditions du Seuil, 1997.

NEUMANN, P. S. O Processo de Diferenciação Econômica do espaço Rural e dos Agricultores na Região Central do RS. In: FROEHLICH, J. M.; DIESEL, V. **Espaço Rural e Desenvolvimento Regional**: estudos a partir da região central do RS. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2004.

SEBILLOTTE, M., SOLER, L. G. Les processus de décision des agriculteurs. In **Modelisation systemique et systeme agraire: decision et organisation**. Paris: INRA, 1989, p.93-119.



SILVA NETO, B.; FRANTZ, T. R. **Avaliação e Caracterização Sócio-Econômica dos Sistemas Agrários do Rio Grande do Sul.** Relatório de Pesquisa RS-Rural – Estudo especial. DEAG/UNUJUÍ, Ijuí, 2001.

ZAMPIERI, S.; NEUMANN, P. S.; LOCH, C. Proposta Metodológica para Definir a Unidade Geográfica Espacial Regional: condições para promover o desenvolvimento local sustentável. In: IV ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMA DE PRODUÇÃO, 2001, Belém – PA. Anais do IV ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMA DE PRODUÇÃO, 2001.